

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NA LUTA PELA GARANTIA DA DEMOCRACIA

Dayana de Jesus Carvalho Pereira¹

Francisco Valdério²

RESUMO

Este trabalho tem como propósito enfatizar a importância da educação política na luta pela manutenção e aprofundamento da democracia. Considerando que enfrentamos um momento de fragilidade democrática em vários lugares e uma preocupante apatia política de diferentes níveis, somos levados a refletir sobre ações que possam fortalecer a nossa sociedade. A educação apresenta-se, portanto, como fator substancial nesse processo, pois é através dela que pode ocorrer a formação de uma cidadania ativa capaz de dotar sujeitos críticos, politizados e, efetivamente, aqueles que irão garantir os direitos. Diante disso, este trabalho busca demonstrar a democracia em uma perspectiva histórico-dialética na qual a concepção de cidadania, a participação política e o papel da educação na formação da cidadania ativa se articulam em vista do fortalecimento da democracia. As ideias contidas neste trabalho fundamentam-se em autores como Eric Weil, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Maria Vitória Benevides e Moses Finley. O estudo surgiu a partir de uma pesquisa de conclusão de curso onde percebeu-se a necessidade de aprofundar as reflexões sobre o tema, que tem se mostrado cada vez mais urgente. Assim, a educação política é entendida como sendo muito mais que apenas descrever a forma como um Estado se organiza, ela é, essencialmente, o despertar para uma atuação consciente, responsável e ativa em prol do bem-estar e segurança social e que deve iniciar o quanto antes no centro da vivência escolar do educando.

Palavras-chave: Democracia, Educação Política, Cidadania Ativa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo enfatizar a importância da educação política na luta pela garantia da democracia. Considerando que enfrentamos um momento de grande fragilidade democrática e uma preocupante apatia política, somos levados a refletir sobre ações que possam fortalecer a nossa sociedade no sentido da manutenção dos direitos democráticos duramente conquistados. A educação apresenta-se, portanto, como fator substancial nesse processo. É

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, daythpereira@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, professor na Universidade Estadual do Maranhão e do PPGFIL-UFMA, fderio@gmail.com;

somente por meio de uma educação voltada para a formação da cidadania ativa que se pode formar sujeitos críticos, politizados e ativos na luta pela garantia dos seus direitos.

O cenário político internacional e o brasileiro em particular tem atravessado um período turbulento que se agravou de maneira assustadora na última década, nossa sociedade como um todo encontrou-se a beira de um colapso diante dos níveis alarmantes de violência política e embora nas últimas eleições as urnas tenham apontado a defesa de um projeto democrático e de reconstrução das políticas públicas, a sociedade segue extremamente dividida, a tirania da extrema direita persiste entranhada no país, e é nítido que essa ameaça não será superada facilmente. Diante desse contexto, urge a necessidade de fortalecer a democracia, e ao se pensar em fortalecimento democrático a questão da formação dos cidadãos merece destaque.

A educação é uma das ferramentas fundamentais quando pretendemos consolidar uma sociedade com um sistema democrático, pois, nesse caso, é necessário formar cidadãos preparados para o exercício e a vivência. Contudo, ainda se percebe entraves significativos no tocante a educação brasileira no que diz respeito ao que ela se propõe enquanto formação para o exercício da cidadania ativa. Lamentavelmente, em muitos círculos de convívio, não dispomos de uma cultura calcada na valorização de aspectos mínimos que remetam a vivência democrática.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em face de tamanha conjuntura desafiadora, este trabalho apresenta a democracia em uma perspectiva histórico-dialética, concebe como basilares a cidadania e participação política e o papel da educação na formação da cidadania ativa e no fortalecimento da democracia. As ideias apresentadas neste trabalho fundamentam-se em autores como Eric Weil, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Maria Vitória Benevides e Moses Finley. O estudo surgiu a partir de uma pesquisa de conclusão de curso no qual percebeu-se a necessidade de aprofundar as reflexões sobre o tema, que tem se mostrado a cada dia mais urgente. Tornou-se muito evidente que a educação política é muito mais que apresentar como um Estado se organiza, na verdade, ela é essencialmente o despertar para uma atuação consciente, responsável e ativa em prol do bem-estar e segurança social.

Como consequência, no dia a dia, grande parte da população não compreende o verdadeiro sentido da democracia e abomina qualquer coisa que remeta a política. Finley define esse fenômeno como apatia política e ressalta que isso torna a população suscetível a influências negativas, destacando que em decorrência de uma educação enfraquecida “elas são capazes de assimilar ideias, mas não adquiriram o hábito de testá-las e de, enquanto isso, suspender o juízo” (1998, p. 29).

Sabemos que o termo democracia provém do grego *demos* – povo e *kratien* – reinar, traduzida de maneira geral seria um reinado do povo, um governo do povo em que o poder surge

nele e é exercido com base em seus interesses. Esse sistema teve seu início na Grécia por volta do século V a.C. e se solidificou na Atenas do período clássico, e se destacou com mais força, sob a regência de Péricles (495-429 a.C.).

De acordo com Finley (1998) a democracia ateniense era direta e não representativa, sendo aberta a todos aqueles que eram considerados cidadãos, sem muita burocracia, a divisão de cargos e a participação dos cidadãos nas assembleias, era o pilar desse sistema. Pode-se afirmar que um número considerável de atenienses possuía alguma experiência no governo.

A participação dos cidadãos nas assembleias era o centro de gravidade desse sistema, e desde as primeiras organizações do sistema democrático se percebe um cuidado com a educação dos gregos, que era compreendida como um fator essencial para o exercício da cidadania. A educação dos cidadãos era totalmente voltada para o desenvolvimento de responsabilidade cívica, do discurso e da vida pública, além dos conhecimentos técnicos. Não obstante algumas inconsistências do sistema apontadas pelos mais argutos analistas daquele tempo, à frente Platão e Aristóteles, a democracia ateniense é até hoje vista como um grande exemplo de organização política e de participação popular.

Contudo, embora bem estruturado o sistema democrático ateniense tornou-se inconcebível quando da sua retomada diante das novas configurações sociais do Estado moderno, o que levou inevitavelmente à reformulação desse sistema, que se tornou uma democracia indireta. Esse movimento de transição fortaleceu o surgimento daquilo que os gregos buscavam evitar a todo custo: uma elite política institucionalizada.

Nesse novo modelo, a participação da população se restringe à simples escolha de representantes, e é inegável que o direito ao voto foi uma importante conquista do século XIX, mas pode ocorrer de o voto tornar-se apenas um ritual simbólico, sem gerar mudança alguma na estrutura política e social. Polaki reforça que a participação popular, antes tão significativa no governo democrático, agora encontra-se relegada a segundo plano, a autora destaca que: “as atuais regras do processo eleitoral dificultam e muito a participação (com reais chances de sucesso) daqueles que não sucumbem ao marketing político e às campanhas milionárias” (Polaki, 2008. p. 33).

Weil, por sua vez, em seu texto *Limites da Democracia* também apresenta alguns pressupostos sobre a democracia – o primeiro, que a sua efetivação se faz pela união dos sujeitos por meio dos valores comuns e fins desejáveis, pois segundo o autor: “um povo incapaz de dar vida a um governo que aja em vista dos interesses nacionais (mais precisamente: incapaz de determinar estes interesses e de instruir um governo capaz de defendê-los) está destinado à ditadura (não democrática) ou à perda da própria independência” (2019, p. 36).

Weil aponta também que “os procedimentos democráticos, se mantivermos nossa definição, podem conduzir à supressão da própria democracia” (2019, p. 37). O filósofo pontua que a democracia não é um sistema completamente definido, pois ainda se encontra em processo

de evolução, visto que as problemáticas e os ideais da sociedade contemporânea se configuram bem diferentes das sociedades antepassadas. Assim, o autor afirma que “a democracia se concebe, então, como um sistema de livre discussão em evolução” (2019, p. 37) assim sendo, passível de ser criticado e modificado.

Um outro pressuposto, apontado por Weil, é que somente através de uma ação razoável que a democracia se efetiva, pois somente pela razão que o discurso e a ação se fazem sem o uso da violência. Para ele, o homem jamais deve recorrer à violência para impor suas concepções a qualquer outro sujeito. “Renunciar à violência e à mentira, não reduzir ninguém a uma situação na qual a violência apareça como o único meio para poder ser feliz, pensar no universal, eis o que a democracia pede aos seus cidadãos” (Weil, 2019, p. 38).

A democracia na concepção weiliana é – ou pelo menos deve ser, um sistema essencialmente não-violento, universal e razoável. Logo, todo cidadão tem o direito de participação nos assuntos públicos, pois conforme Weil, esse é o sentido da democracia. A participação política exige dos indivíduos uma compreensão da realidade tal como ela é em seu sentido histórico e político. Diante desse cenário, o filósofo enfatiza a necessidade de uma educação social que possibilite um sistema verdadeiramente democrático:

A democracia não é um meio para alcançar um bem maior, mas um fim, que só pode ser alcançado por um processo de capacitação das massas e da transformação das suas condições. Não é suficiente derrubar a velha classe dominante; também devemos mudar a mentalidade das massas mergulhadas na propaganda dos antigos mestres (Weil, 2021, p. 203).

Compreende-se assim que no cerne da democracia, o cidadão, o qual, reconhecido em sua coletividade, emerge como elemento fundamental para a materialização desse sistema. É o engajamento coletivo que garante o andamento do sistema democrático, a participação da população é decisiva no fortalecimento da democracia favorecendo a competência cívica e a responsabilidade política.

METODOLOGIA

Debater sobre educação e fortalecimento democrático requer uma compreensão histórica das relações que mantiveram esses dois conceitos e suas respectivas práticas, de como esse conceito de democracia em particular se materializa na sociedade e de como a educação impulsiona o desenvolvimento da democracia que, por sua vez, amplia os horizontes da educação. É partindo dessa compreensão que se pode refletir sobre a relação da educação com o contexto político e social.

Diante disso, por ser a sociedade contemporânea uma conjugação de intrincados fatores de difícil determinação, reitera-se o intento deste trabalho de apresentar o conceito de democracia

sob uma perspectiva histórica dialética, considerando as complexas mudanças que influenciam direta ou indiretamente nesse sistema, além de analisar a relação entre educação e democracia, reforçando a importância da educação para o fortalecimento democrático. Muitas são as acepções do termo democracia, de modo que se faz prudente saber, quando se aplica a palavra, qual sentido se assume. Nesse sentido, o procedimento dialético parece adequado, uma vez que considera sempre afrontar as contradições postas na realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO RESGATE DA CIDADANIA E FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO

Como anteriormente constatado, a passividade dos cidadãos apresenta-se como um risco à organização da sociedade, por torná-los mais suscetíveis a manipulações de grupos autoritários que pretendem o poder. Segundo Boaventura de Sousa Santos, isso se configura como democracia de baixa intensidade, condição que acentua a distância entre representantes e representados – exatamente o que a classe governante precisa para manter-se no poder:

Com isso, se naturaliza a corrupção, que é fundamental para manter essa democracia de baixa intensidade, porque naturaliza a distância dos cidadãos em relação à política – todos são corruptos, os políticos são todos iguais etc. –, o que é funcional ao sistema para manter os cidadãos afastados. Por isso a naturalização da corrupção é um aspecto fundamental desse processo (Santos, 2007, p. 91).

No Brasil, a crise no sistema democrático evidencia essa discussão, diante da naturalização da corrupção e de uma cidadania esvaziada. Pensar em uma educação política se mostra essencial na superação dessa condição de baixa participação popular. Possibilitar a educação política é uma das formas mais concretas para efetivar a democracia, pois os cidadãos estarão mais capacitados para compreender a realidade política em que está inserido e tomar decisões mais conscientes e responsáveis.

Para Maria Vitória Benevides (1996), a educação política vai além da instrução sobre a organização do Estado e dos direitos e deveres do cidadão. Em seu escrito *Educação para a Cidadania*, Benevides propõe duas dimensões para a educação política: a formação para os valores republicanos e democráticos; e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis. Além disso, Benevides ressalta que há três pressupostos essenciais:

1. *a formação intelectual e a informação* – de modo que o cidadão tenha acesso às diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da literatura e das artes, a falta, ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação.

2. *a educação moral* – galgada nos valores democráticos e na consciência ética, que não é necessariamente intelectual, mas que é formada tanto de sentimentos quanto de razão; em outras palavras, é a conquista de corações e mentes.

3. *a educação do comportamento* – no sentido de enraizar hábitos de tolerância às diferenças e da cooperação ativa visando o bem comum.

De maneira geral, a educação para a cidadania exige conhecimentos da vida social e política, aliados a uma proporcional formação moral pautada na igualdade e na solidariedade. Uma educação que impulse nos cidadãos a consciência de sua responsabilidade para com as prioridades sociais.

Não resta dúvida de que a educação política é primordial para a participação popular, porém, de nada adianta mantê-la somente no campo das ideias, a educação para a cidadania se processa na prática, por isso é tão importante fazer da escola um ambiente aberto para o diálogo e a participação, ressignificando seu projeto pedagógico.

Dermeval Saviani sem seu livro *Escola e Democracia*, enfatiza que a escola é uma instituição que se encontra dentro da engrenagem da sociedade (sociedade que a serviço das classes dominantes não pretende a transformação histórica da escola) e que, portanto, precisa articular-se para a superação de sua condição histórica. Para tal fim, Saviani afirma que:

É necessário avançar no sentido de captar a natureza específica da educação, o que nos levará à compreensão das suas complexas mediações pelas quais se dá sua imersão contraditória na sociedade capitalista. [...] Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento das camadas populares. (Saviani, 2008, p. 25).

Nesse sentido, a educação deve empreender à superação do pensamento dominante que, segundo Paulo Freire, impõe ao coletivo popular um sentimento de inferioridade resultante da negação da sua própria humanidade e da sua participação social. Por conseguinte, a educação, a partir dessa superação, torna-se a educação libertadora defendida por Freire, a qual possibilita aos sujeitos compreenderem a sua realidade e agir ativamente na sua transformação.

A educação preconizada por Paulo Freire reitera a perspectiva weiliana de formar cidadãos conscientes de sua responsabilidade na organização da comunidade, e que participem ativamente na sociedade. Freire considera que para lograr tal objetivo a escola precisa adotar uma outra postura, menos tradicional, menos bancária, priorizando a ação conjunta e dialógica: “Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os quase coisas, com eles estabelece uma relação dialógica permanente” (Freire, 2017, p. 77).

À vista disso, a concretização de uma proposta pedagógica nessa direção requer a democratização das relações e estruturas da escola, tornando-a uma escola orientada para a

liberdade do sujeito e para a comunicação, definindo um projeto de educação que parta da ação democrática.

A gestão democrática possibilita à escola caminhar nessa direção, pois como afirma Libâneo (2003, p. 301) “a organização e gestão são meios para atingir as finalidades do ensino”. Nesse sentido, a escola – pautada na gestão democrática verdadeiramente participativa, possibilita a toda a comunidade escolar o exercício da cidadania, dentro e fora da escola. Democratizar a escola significa pensá-la em outro formato, associando os conteúdos à realidade social, priorizando o diálogo, a problematização e a participação.

Contudo, ao analisar a realidade das escolas se percebe que na maioria delas essa participação tem sido adotada como mera formalidade burocrática. A escola até adere a mecanismos de participação democrática, mas isso não garante à comunidade escolar a efetiva participação no desenvolvimento do seu projeto. É inegável a relevância desses mecanismos na democratização da escola, mas não basta instituí-los de maneira isolada e burocrática e supor que funcionem por si só, a escola precisa possibilitar à sua comunidade uma ação verdadeiramente transformadora, a participação ativa no espaço escolar e conseqüentemente para além da escola.

A educação política visa a recuperação do direito à fala pública e a participação na tomada de decisões de maneira ativa e responsável, pois como salienta Weil, é a discussão racional e razoável entre os cidadãos que define a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discorreu sobre a importância de uma educação que se materializa pela e para a cidadania democrática, uma educação crítica, que estimula o exercício da cidadania ativa garantindo assim o fortalecimento democrático. Educar visando a formação de uma nova cultura de participação política é a chave para contribuir com a reconstrução da democracia no Brasil, formando novos sujeitos políticos conscientes de seu papel na sociedade.

Trabalhar com a educação nessa perspectiva é de fato um desafio, porém como reforça Eric Weil, a educação é o que humaniza o homem e garante a participação ativa e responsável desses sujeitos na sociedade, portanto, pensar sobre a educação dos cidadãos adquire estatuto de primeiro plano. “Não existe nenhum problema mais importante, mais urgente que o da educação. E os nossos sucessores podem vir a ser incapazes de o resolver se demormos demasiado tempo e se, desde já, não refletirmos suficientemente sobre esse problema” (Weil, 2000, p. 69).

A democracia não sobrevive sem uma educação apropriada dos cidadãos que a fazem funcionar. Negar a função política da educação já se mostrou demasiadamente perigosa, por isso, este trabalho reforça a urgência e necessidade de refletirmos sobre como compreendemos e direcionamos a educação dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. Educação para a democracia. *In: Lua Nova*, São Paulo, n° 38, p. 223-237, 1996.
- FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**. Tradução. Waldéia Barcelos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- POLAK, Ana Luiza N. de Souza. **O revisitar dos conceitos de democracia: da representação política à democracia participativa**. 2008. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- WEIL, Eric. A educação enquanto problema do nosso tempo. *In: POMBO (org). Quatro textos excêntricos: filosofia da educação*. Lisboa: Relógio d'Água, 2000. p. 55-70.
- _____. **Filosofia política**. Tradução e apresentação Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2017.
- _____. Limites de La démocratie. *In Evidences Revue Publiée sous l'égide de l'American Jewish Committee*, Mesuel oct. n. 13, 1950, p. 35-39 [Ed. Brasileira: _____ Limites da Democracia. Tradução de Judikael Castelo Branco. *In: Argumentos*, ano 11, n. 21 - Fortaleza, jan./jun. 2019, p. 249-259]
- _____. **Escritos sobre educação e democracia**. Organização e tradução Judikael Castelo Branco. Palmas, TO: EDUFT, 2021.